



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

ATO Nº 101/2014

O DESEMBARGADOR ANTÔNIO CARLOS MATHIAS COLTRO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, inciso III, § único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 2º quadrimestre de 2014, na forma do Anexo.

ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2013 A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	452.409.722,08	5.638.157,46
Pessoal Ativo	347.945.578,39	5.612.759,60
Pessoal Inativo e Pensionistas	104.464.143,69	25.397,86
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	103.054.164,54	186.378,28
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	286.676,21	160.980,42
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	102.767.488,43	25.397,86
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	349.355.557,44	5.451.779,18
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		354.807.336,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	676.655.840.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,052435
LIMITE MÁXIMO (inciso I do art. 20 da LRF) – < % >	0,109259
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – < % >	0,103796
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – < % >	0,098333

FONTES: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e ScCONT/CCF/SOF/TRE-SP. Emitido em 17/9/2014 às 13h30min.

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 543, de 15/9/2014.

(a) Claucio Cristiano Abreu Corrêa
 Secretário de Orçamento e Finanças

(a) Mauro Marques Batista
 Secretário de Controle Interno

PUBLIQUE-SE.

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo,
 em 24 de setembro de 2014.

Antônio Carlos Mathias Coltro
 Presidente